

## **O neoliberalismo no Ensino Superior: “sobrevivendo nas ruínas”**

André Dionei Fonseca<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Muitos estudos já analisaram o impacto do neoliberalismo nos sistemas de ensino superior no Brasil e em outros países. O tema, contudo, continua atualíssimo, até mesmo porque uma das características mais marcantes do ideário neoliberal é sua capacidade, diante de injunções históricas, de adaptação. Assim, este artigo tem como objetivo apresentar alguns debates teóricos sobre o neoliberalismo e analisar os principais estratagemas de interferência da dogmática neoliberal na organização das instituições públicas de ensino superior, reconhecendo que essa intervenção, à vista do que preveem os manuais neoliberalizantes, é uma obra ainda longe de estar completa e que tende, no atual contexto, a se aprofundar. Buscaremos, por fim, apontar algumas estratégias de confrontação cotidiana ao gerencialismo neoliberal no espaço universitário a partir de ações coletivas pautadas por um fazer pedagógico crítico e emancipador.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Ensino superior. Formas de resistência.

### **Neoliberalism in University Education: “surviving in the ruins”**

### **ABSTRACT**

Many studies have already analyzed the impact of Neoliberalism in the university education apparatus in Brazil and many other countries. Nevertheless, the subject remains very current, because one of the most remarkable characteristics of the neoliberal ideology is its capacity of adaptation in face of historical impositions. Thus, this article aims to present some theoretical debates about Neoliberalism and to analyze the main stratagems of disruption used by the neoliberal dogma in the

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFOPA). Membro do Grupo de Pesquisa HISTEDBR (História, Sociedade e Educação no Brasil) da Universidade Federal do Oeste do Pará/UFOPA. E-mail: andredionei@yahoo.com.br

organization of public institutions of higher education. It acknowledges the fact that this intervention is a work in progress, far from being complete, and which tends to be enhanced in the current context, regarding what the neoliberalizing manuals envision. Finally, we intend to indicate some strategies of ordinary confrontation with the neoliberal managerialism in the academic environment, stemming from collective actions ruled by critical and emancipatory pedagogical practice.

**Keywords:** Neoliberalism. University education. Forms of resistance.

## **El neoliberalismo en la Educación Superior: “sobreviviendo en las ruinas”**

### **RESUMEN**

Muchos estudios ya analizaron el impacto del neoliberalismo en los sistemas de enseñanza superior en Brasil y en otros países. El tema, sin embargo, sigue siendo actual, incluso porque una de las características del ideario neoliberal es su capacidad, ante las imposiciones históricas, de adaptación. Así, este artículo tiene como objetivo presentar algunos debates teóricos sobre el neoliberalismo y analizar los principales estratagemas de interferencia de la dogmática neoliberal en la organización de las instituciones públicas de enseñanza superior, reconociendo que esa intervención, a la vista de lo que prevean los manuales neoliberales, es una obra aún lejos de estar completa y que tiende, en el actual contexto, a profundizarse. Buscaremos, por fin, apuntar algunas estrategias de confrontación cotidiana al gerenciamiento neoliberal en el espacio universitario a partir de acciones colectivas pautadas por un hacer pedagógico crítico y emancipador.

**Palabras clave:** Neoliberalismo. Enseñanza superior. Formas de resistencia.

### **Introdução**

Já são bem conhecidos e discutidos, no Brasil e no mundo, os efeitos das políticas neoliberais sobre o ensino superior. Mas esse tema, acreditamos, está longe de estar esgotado, exatamente porque o neoliberalismo tem como uma de suas características marcantes a capacidade de se reinventar e de se adaptar a novas conjunturas (HARVEY, 2008;

PRZEWORSKI, 1993). Eis aí um elemento-chave para todos os que se interessam pelo pensamento crítico e defendem um modelo de sociedade que não seja pautado estritamente pela lógica da concorrência e do mercado. O neoliberalismo, por sua complexidade e adaptabilidade, exige constante vigilância analítica, pois, como o definem Pierre Dardot e Christian Laval (2016), ele não é apenas uma *ideologia* e uma *política econômica*, mas, sim, antes de tudo, uma *racionalidade* que promove a subjetivação da concorrência. É daí que surge um modelo de organização social que quer transferir, para diferentes dimensões da vida, o padrão de gerenciamento “empresarial”.

Para Dardot e Laval, o neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, porque libera esse modo de produção de suas amarras arcaizantes, dando-lhe um status não só de protagonista da história como também de núcleo irradiador de normas gerais da vida. É dessa ideia que os autores extraem uma definição que condensa muito bem o caráter ontoformativo do neoliberalismo, ao descrevê-lo como “[...] um conjunto de discurso, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Olhar o neoliberalismo por essa lente interpretativa permite a compreensão do porquê de essa nova “razão do mundo”, mesmo já tendo provocado tantos estragos, ainda conseguir pautar o modo de vida de milhares de pessoas, como se os fundamentos dessa doutrina estivessem assentados em uma “regra da natureza”. É assim que a utopia neoliberal, chamada por Pierre Bourdieu (2002, p. 122) de a “nova vulgata planetária”, transforma-se em uma espécie de “máquina infernal”, que esconde sua irracionalidade em uma “capa de razão matemática”. O neoliberalismo legitima, com isso, o surgimento de um “mundo darwiniano”, que faz da insegurança, do sofrimento e do estresse o motor de uma sociedade em que a luta é de todos contra todos (BOURDIEU, 1998b).

Nesse fundamentalismo de mercado, as forças neoliberais, predominantes na maior parte do mundo, consideram o Estado um grande empecilho ao desenvolvimento das nações. Consideram ainda que o desenvolvimento, a liberdade e o bem-estar da população não virão das instâncias de governo, mas, sim, do “mercado”, quando livre em *commodities* e capital (HARVEY, 2005). Há nesse resumido receituário neoliberal, contudo, pelo menos duas contradições que devem ser destacadas. Em relação ao chamado “livre mercado”, o Senhor-Deus-Todo-Poderoso

do neoliberalismo, John McMurtry (1999), a partir do que chama de “patologização do modelo de mercado”, observa que essa liberdade não passa de ilusão, justamente porque as regras de comércio são constantemente manipuladas para atender aos interesses comerciais corporativos, isto é, às grandes corporações multinacionais do globo. Quanto ao Estado, os neoliberais querem-no sempre achatado e saneado no que se refere aos serviços voltados à população, para tê-lo agigantado em favor de seus interesses. Essa última contradição foi bem explicada por Phillip O’Neill:

*It is axiomatic, according to neo-liberalism, that the absence of state intervention is the market, that Market failures are never failures of the market per se and, therefore, they can only ever be failures of the state. The political consequence of this view is the drive to deregulate, since modern states are thought to be incapable of managing either the social or the private economies — only through deregulation and privatization can the preconditions of economic growth be re-established [...]. The important point to be made here is that the neo-liberalist vision of “less state” is entirely illusory. Neo-liberalism is a self-contradicting theory of the state. The geographies of product, finance and labour markets that it seeks to construct require qualitatively different, not less, state action. Neo-liberalism is a political discourse which impels rather than reduces state action (O’NEILL, 1997, p. 291-292).<sup>2</sup>*

Por isso, a ideologia neoliberal vê em cada naco do serviço público uma oportunidade de desregulamentação e privatização. Os cuidados infantis, a assistência pública de saúde, a educação, o transporte, o abastecimento de água, o fornecimento de energia, para ficarmos em uns poucos exemplos, ficam completamente sujeitos às regras de mercado. Como destaca Henry Giroux (2009, p. 31), até mesmo as relações

2 “É evidente, de acordo com o neoliberalismo, que a ausência de intervenção estatal é o mercado, que as falhas do Mercado nunca são falhas do mercado per se, e, portanto, elas podem apenas ser falhas do Estado. A consequência política desse ponto de vista é o impulso de desregulamentar, uma vez que os Estados modernos são considerados incapazes de administrar tanto a economia social quanto a privada — apenas por meio da desregulamentação e da privatização é possível restabelecer as premissas para o crescimento econômico [...]. O aspecto importante a ser pontuado é que a visão neoliberal do “Estado mínimo” é totalmente ilusória. O neoliberalismo é uma teoria contraditória de Estado. As geografias de mercados de produtos, financeiros e de trabalho que ela almeja construir exigem uma ação qualitativamente diferente do Estado, não menor. O neoliberalismo é um discurso político que impele, em vez de reduzir a ação estatal” (tradução nossa).

sociais entre pais e filhos, médicos e pacientes, professores e alunos acabam sendo reduzidas à relação entre o fornecedor e o cliente.

Para Pierre Bourdieu (1998b), é no caso específico do ensino, em seus diferentes níveis, que temos a maior prova do embuste da utopia neoliberal, que arvora a bandeira da racionalidade ao mesmo tempo que mercantiliza o mecanismo determinante na produção de bens, serviços e produtos, que é a educação. Dito em outras palavras, em uma autofagia voraz, o organismo neoliberal é capaz de enfraquecer até mesmo as instituições que lhe são estratégicas na dinamização da economia, o que prova que a busca do sacrossanto lucro, pedra de toque dessa cosmovisão que santifica o “mercado”, configura-se em uma marcha irracional em todas as suas dimensões.

Fica nítido, diante dessas considerações, que a universidade pública e gratuita, como espaço em que os indivíduos integram saberes de diversas áreas em prol de um mundo mais justo — tendo em conta a escandalosa desigualdade social perpetuada no planeta — e também viável — diante das inflexões ambientais que ameaçam nossa existência —, torna-se a antípoda dos ímpetos neoliberalizantes. Na impossibilidade de privatizá-las todas, o que se espera dessas instituições é que passem a cobrar mensalidade, que terceirizem os serviços o mais que puderem e que priorizem a glorificada “inovação” com vistas à entrega de produtos e serviços de valor agregado, pouco importando a função social dessa produção. A consequência direta dessa concepção de ensino superior é a prevalência do universo “distópico da educação corporativa”, conforme as palavras de Henry Giroux (2014), isto é, uma universidade pensada exclusivamente para formar “robôs, tecnocratas e trabalhadores treinados”.

No contexto político atual do Brasil, esse tipo de pensamento instrumental sobre a universidade institucionalizou-se como nunca antes, pois o atual grupo que foi carreado ao Executivo, nas eleições últimas de outubro de 2018, pôs-se em desabalada marcha contra as universidades públicas. As acusações são as mais mirabolantes e caluniosas possíveis, que às vezes parecem até ser fruto de inimputável ignorância, mas que no fundo prestam serviço aos intentos neoliberais de abocanhar domínios do Estado que tenham alguma reserva de resistência à ideologia de mercado e que podem ser altamente rentáveis se estiverem sob controle privado.

Postos esses termos, este artigo tem como objetivo tratar de dois elementos que acreditamos ser indissociáveis na resistência às investi-

das neoliberais sobre o ensino superior. Primeiro, elencar os principais estratégias de interferência da dogmática neoliberal na organização das instituições públicas de ensino superior, reconhecendo que essa intervenção, à vista do que preveem os manuais neoliberalizantes, é uma obra ainda longe de estar completa e que tende, no atual contexto, a se aprofundar. Segundo, apontar os principais desafios que se apresentam no atual contexto e algumas estratégias de confrontação cotidiana ao gerencialismo neoliberal no espaço universitário. Procuraremos demonstrar a importância das ações coletivas e de um fazer pedagógico crítico e emancipador capaz de estabelecer contrapontos às questões ético-existenciais de um modelo de sociedade disjuntiva, pautada pela expectativa do lucro imediato, pelo individualismo, pela concorrência e pelo fetichismo destrutivo do aqui e agora.

## **O neoliberalismo no ensino superior do Brasil**

Um elemento distintivo do neoliberalismo é sua capacidade de engendrar, em diferentes sociedades, a lógica do mercado como referência primaz de gerenciamento das mais diferentes dimensões da vida social. Esse sistema de normas estende seus tentáculos dos altos escalões da administração federal até a administração ordinária de pequenas prefeituras; é capaz de determinar a tomada de decisões das grandes corporações e interferir na gestão de microempresas; coloca em risco a convivência pacífica dos povos ao mesmo tempo que compromete os vínculos comunitários de sociabilidade. Sua resiliência, aliás, está nessa habilidade de exceder o círculo mercantil e financeiro, propriamente dito, promovendo a financeirização e a mercantilização da própria existência. Aí está seu aspecto mais sombrio: sua capacidade de estabelecer uma subjetividade contábil que fragmenta a sociedade pela via da exacerbação concorrencial entre os indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2016).

O impacto desse projeto sobre o ensino público superior, em termos estruturais, pode ser dividido em duas frentes principais: 1) proposta de privatização ou de cotutela privada das instituições públicas, já que os custos inerentes a esses espaços são sempre vistos pela perspectiva do “gasto”, e não do investimento; 2) diante da impossibilidade de levar a efeito uma daquelas opções, passa-se à sistemática implementação dos modelos de governança empresarial nas universidades, cujo objetivo é transformá-las em um complemento do poder corporativo.

Mas há uma implicação mais profunda nesse assédio ao ensino superior público, que reside no fato de que, em sua essência, como um espaço autônomo que possibilita e incentiva a construção do conhecimento crítico, as universidades públicas produzem estudos amparados em bases teóricas e metodológicas que apresentam uma defesa consistente da democracia — em seu sentido não só político, mas social e econômico — e denunciam, por meio de luto conjunto de dados, os limites das predicções neoliberais, com suas abrangentes promessas de desenvolvimento, prosperidade e liberdade, que, em termos práticos, querem escamotear o expansionismo destrutivo e incontrollável do capital (MÉSZÁROS, 2002). Para as castas corporativas, tal atitude é inadmissível, como aponta Henry Giroux:

*The neoliberal paradigm driving these attacks on public and higher education abhors democracy and views public and higher education as a toxic civic sphere that poses a threat to corporate values, power, and ideology. As democratic public spheres, colleges and universities are allegedly dedicated to teaching students to think critically, take imaginative risks, learn how to be moral witnesses, and procure the skills that enable one to connect to others in ways that strengthen the democratic polity, and this is precisely why they are under attack by the concentrated forces of neoliberalism (GIROUX, 2014, p. 30).<sup>3</sup>*

Vê-se aí que o simples fato de o ambiente acadêmico possibilitar um modo alternativo de sociabilidade faz do ensino superior um alvo prioritário das baterias neoliberais. Parece insuportável a existência de um espaço que confronte uma das mais importantes teses de sustentação ideológica desse sistema: a de que o capitalismo liberal é o ponto final da evolução social da humanidade e a forma final de governo humano (MILIBAND, 2000).

As crises estruturais do capitalismo, nos anos 1970, foram o gatilho para o reformismo neoliberalizante nas universidades na década de

---

<sup>3</sup> “O paradigma neoliberal incitando esses ataques à educação pública e superior abomina a democracia e considera a educação pública e superior uma esfera civil tóxica, que representa uma ameaça aos valores empresariais, ao poder e à ideologia. Como esferas públicas democráticas, faculdades e universidades são pretensamente dedicadas a ensinar alunos a pensar criticamente, a assumir riscos criativos, a aprender a serem testemunhas morais e a adquirir habilidades que os capacitem a se conectar com outros de maneira a fortalecer as entidades políticas democráticas, e é precisamente por esse motivo que tais instituições estão sob ataque das forças concentradas do neoliberalismo” (tradução nossa).

1980, reformismo esse encabeçado, deve-se sublinhar, por organizações supranacionais do capitalismo, a exemplo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (ALEXANDER, 2001; DOMENECH; MORA-NINCI, 2009). Se os efeitos dessas políticas foram sentidos de imediato pelas universidades europeias e norte-americanas, nos países em que havia sistemas de educação superior em formação, como os da América Latina, as consequências foram avassaladoras. Atoladas no “pântano” da dívida pública, na visão de Nico Hirtt (2009, p. 214), as instituições latino-americanas de ensino superior que eram tuteladas pelos governos foram consideradas organismos “escleróticos”, que não poderiam receber tratamento “homeopático”. Era a hora de “reformas profundas”, ou seja, da mercantilização generalizada, do alinhamento com as necessidades do mercado e de transformar o próprio sistema de ensino superior em um mercado.

Para Hugo Aboites (2003, p. 59), esse era um discurso que tinha como elementos centrais a “qualidade”, a “avaliação”, a “eficiência”, a “produtividade”, a “relevância” e a “excelência”, termos que, vistos de forma isolada, remetem a uma aparente preocupação com a melhoria educacional, mas que, na verdade, serviam para implodir as bases sociais que davam sustentação à educação pública superior na América Latina, isso porque a definição e a direção do ensino superior deixavam de responder aos interesses de um projeto de nação capaz de alavancar o desenvolvimento autônomo de cada país, para atender, especificamente, às demandas empresariais do projeto de globalização que estava em curso (ABOITES, 2003). Sobre esse mesmo contexto, Roberto Leher destaca:

*Brazilian and Latin American universities have been altered in all areas, from teaching to research, from financing to evaluation, from curriculum matters to academic careers. The boundary between public and private has shifted with respect to educational offerings and to daily institutional events: public spaces where national problems could be discussed have been invaded by the private sphere, restricting the public to a few niches, many of which are of high academic quality but which lack resources and adequate infrastructure for their level of development. These changes amount to the abandonment of national problems and the re-defining of the form of research, teaching and investigation through the diffusion of the “myth of the meth-*

*od" so important to the neopositivist tradition* (LEHER, 2009, p. 130).<sup>4</sup>

No caso do Brasil, o encontro com as políticas neoliberais ocorreu exatamente quando o país dava seus primeiros passos na ordem democrática, após duas décadas de regime militar. As primeiras medidas foram levadas a cabo pelo governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), obra malmente iniciada e que só foi completada nos dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), sociólogo alçado ao poder pelo sucesso do Plano Real que fora implantado no curto governo de Itamar Franco (1992-1994). Foram tempos de sucateamento das instituições federais de ensino superior (Ifes), mascarado pela proposta de "revolução administrativa" do então ministro da Educação, o economista Paulo Renato. O abandono da infraestrutura, a escassez de concursos públicos e a compressão de salários do corpo docente e técnico das universidades federais, juntamente com o exponencial aumento das instituições privadas de ensino superior, são características indeléveis dos anos FHC (TRINDADE, 2000; CUNHA, 2003). De modo sintético, Afrânio Catani (2004 p. 57) afirma que as reformas da dupla Cardoso-Renato tiveram impacto em três princípios fundamentais das Ifes: 1) na lógica de expansão e de controle do sistema; 2) na articulação das instituições com os interesses e as imposições do mercado e do capital produtivo; 3) na identidade e finalidade das universidades públicas.

Com o governo Lula e Dilma, abre-se um período marcado pelo par terminológico ruptura e permanência. Por um lado, houve uma acentuada expansão da rede pública de ensino superior, com enfrentamento sério ao recalcitrante problema da interiorização. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), juntamente com programas como Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor) e Universidade Aberta do Brasil (UAB),

<sup>4</sup> "Universidades brasileiras e latino-americanas têm sofrido mudanças em todas as áreas, do ensino à pesquisa, do financiamento às avaliações, das questões curriculares às carreiras acadêmicas. Os limites entre público e privado alteraram-se em relação às ofertas educacionais e aos eventos institucionais cotidianos: espaços públicos em que problemas nacionais poderiam ser discutidos foram invadidos pela esfera privada, restringindo o público a poucos nichos, muitos dos quais têm alta qualidade acadêmica, mas carecem de recursos e infraestrutura adequada para seu nível de desenvolvimento. Tais mudanças correspondem ao abandono dos problemas nacionais e à redefinição das formas de pesquisa, ensino e estudo, pela difusão do 'mito do método', tão importante para a tradição neopositivista" (tradução nossa).

oportunizaram a entrada de milhares de novos estudantes nas universidades públicas, configurando um significativo passo em direção à democratização do ensino superior de qualidade em nosso país (PEREIRA; SILVA, 2010). Por outro lado, porém, o pendor neoliberal manteve seu viço em iniciativas como a do Programa Universidade para Todos (Prouni) e de ampliação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), que, não obstante terem permitido o acesso a cursos superiores de grande número de estudantes de baixa renda, acabaram por aprofundar a lógica de fomento ao setor privado, dando às instituições particulares, a um só tempo, a benesse de polpudas transferências de recursos públicos para seus cofres e de um marco regulatório que proporcionou segurança jurídica às mantenedoras (AGUIAR, 2016).

Esse projeto, que combinava o investimento antinômico no setor público e privado de ensino superior, começou a se enfraquecer no início do ano 2015, por efeito da guinada neoliberal do segundo governo de Dilma Rousseff (2015-2016), que teve como maior expressão a escolha de um consabido representante da plutocracia financeira para o Ministério da Fazenda: o senhor Joaquim Levy. Mas de nada adiantou a tentativa de conciliação com o dito “mercado”, visto que as forças golpistas superimpuseram-se, criando as condições necessárias para derrubar ilegitimamente a presidenta em favor de uma ampla coalisão de direita que nutria invulgar interesse em desmanchar políticas indutivas de Estado erigidas pelos governos petistas (BESSONE; MAMIGONIAN; MATTOS, 2016).

Com a chegada de Michel Temer à Presidência da República, o Estado brasileiro foi colocado desbragadamente a serviço das coalisões neoliberais, em suas mais diferentes formações. Logo veio o chamado Novo Regime Fiscal (NRF), que, pela Emenda Constitucional nº 95, condicionou o crescimento das despesas primárias aos indicadores inflacionários do ano anterior, medidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Como ficou evidente, esse modelo fiscal colocou o orçamento a serviço da assim chamada “dívida pública”, para o pagamento de juros, de encargos ou das amortizações. O NRF, que vem sendo chamado por muitos especialistas de “austericídio”, representa o sucateamento a médio prazo dos serviços de saúde, segurança e educação por um motivo muito simples: o crescimento perto de zero do orçamento se chocará com o aumento populacional do país (ROSSI; DWECK, 2016).

Os reflexos dessa engenhosidade neoliberal, que preserva os interesses do “mercado” em detrimento das necessidades da população em geral, foram notados em pouco tempo nas universidades federais Brasil afora. Os planos institucionais de desenvolvimento tiveram de ser revistos, para enquadrar os projetos de expansão e de aperfeiçoamento das Ifes à nova lógica fiscal, isso para não falar daqueles projetos que tiveram de ser sumariamente abortados. Mal podendo manter-se após os cortes de 2014 e 2015, as Ifes entraram em uma situação financeira de calamidade, que colocou em xeque o custeio dos serviços mais essenciais, como tantas vezes foi denunciado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Universidades Federais de Ensino Superior (Andifes), pelos sindicatos dos docentes e do corpo técnico e pelos movimentos sociais e estudantis a órgãos de imprensa e ao Poder Legislativo.

O resultado das eleições de outubro de 2018, que alçou ao Poder Executivo uma heteróclita coalisão, que congrega pensamento ultraneoliberal na economia com um reacionarismo extremado na pauta dos costumes, colocou as universidades públicas do país sob duplo fogo cerrado. Agora, atacam-nas os vendilhões, que as veem como um sumidouro de recursos públicos e como um nicho de excelentes oportunidades de negócios; e difamam-nas os irracionalistas, que as caricaturam como inimigas da nação, por serem essas instituições um bastião contra devaneios revisionistas e negacionistas de uma “Terra plana”, de um “nazismo de esquerda”, de uma “revolução em 1964”, de um “marxismo cultural” entranhado na sociedade por ação do “gramscismo”, de um “globalismo” que está por trás das bandeiras ambientais etc.

Temos, nessa situação, um primeiro fio para desenrolar o novelo de problemas que sufoca o ensino superior público. Já não se trata somente de um torniquete orçamentário que estrangula as instituições. O que se acha em causa é a própria legitimidade das universidades públicas como tal, a partir de uma bem aparelhada rede de difamadores, em tudo antipática aos princípios basilares dessas instituições. O quadro conjuntural não poderia ser pior, pois aí se estabelece uma relação comutativa entre os entusiastas do mercado financeiro, com suas teses contracionistas, e os partidários da extrema direita, que querem tutelar as consciências com conspiratas anticientíficas. Assim, nesse jogral sombrio, cada ação da equipe econômica que promova o enfraquecimento financeiro das universidades públicas interessa, por óbvio, à ala irracionalista, sendo verdade o contrário, já que todas as injúrias lançadas pelo

grupo anticiência e seus apoiadores contra o sistema público de ensino superior acaba justificando a austeridade orçamentária imposta às Ifes.

Por tudo isso, não nos parece exagero afirmar que as universidades públicas enfrentam, no cenário atual, o mais desafiador momento histórico do período pós-regime militar, e não é difícil entender o porquê dessa avaliação, que pode, à primeira vista, parecer demasiado pessimista. Que o diga o fato inédito de o Senhor Presidente assumir com uma sem-cerimônia espantosa, em entrevistas e postagens em redes sociais, sua ojeriza às instituições públicas de ensino, especialmente às federais, algo que não tem paralelo em nossa história recente, nem mesmo nos momentos de maior frenesi neoliberal. Não se deve, em absoluto, relegar ao anedótico uma situação como essa, em que um chefe de Estado torna-se o principal porta-voz de um pensamento tão dissociado da realidade, porque denega todas as evidências que informam a centralidade e o protagonismo das universidades públicas no ensino superior em nosso país. Necessitamos, isso sim, compreender quais são as intenções subjacentes desse tipo de palavreado.

Com isso, a luta pela manutenção das Ifes, quase sempre movida pela demanda de recursos financeiros, nesse novo cenário precisa ser seriamente alargada em termos de pauta reivindicatória. Que fique bem entendido: não estamos diminuindo a importância do orçamento, apenas querendo dizer que o problema de financiamento junta-se a um catálogo de outros desafios, tão extensos que não poderíamos listá-los todos no escopo deste artigo. No tópico seguinte, procuraremos destacar alguns pontos que, a nosso ver, são essenciais para a manutenção dos princípios constituintes do ensino superior público, princípios esses estabelecidos a duras penas no decorrer das últimas décadas e que se acham severamente ameaçados.

**“Sobrevivendo nas ruínas”:** Universidade Pública e formas de resistência no contexto atual

Lamentavelmente, no Brasil, ainda são raras as obras coletivas de reflexão sobre as experiências de enfrentamento cotidiano do desfreado gerencialismo neoliberal no ensino superior público, ainda que esse tipo de resistência faça parte do dia a dia de muitos acadêmicos, técnicos e docentes. No universo da língua inglesa, há uma inspiradora obra, *Resistindo ao neoliberalismo no ensino superior* (tradução nossa),

editada em dois volumes, que foi concebida justamente com a intenção de captar esse tipo de reação tácita do meio acadêmico ao contexto estrutural neoliberal das últimas décadas (BOTTRELL; MANATHUNGA, 2019a, 2019b). As organizadoras, as professoras australianas Dorothy Bottrell e Catherine Manathunga, separaram o projeto em dois volumes inteiramente voltados à exposição de práticas que provam a possibilidade de cultivar a colegialidade, a criatividade, o ativismo em favor de “contraontologias” de resistência crítica. Inspirada de modo manifesto nas ideias do educador Paulo Freire, que é recorrentemente citado pelos autores e autoras da coletânea, a obra estrutura-se em torno da ideia de que o modelo neoliberal que invade o mundo acadêmico deixa “espaços geradores” que podem e devem ser ocupados e trabalhados para que a universidade não seja totalmente desfigurada de seus princípios.

Esses espaços são metaforicamente tratados pelas organizadoras e pelos autores e autoras convidados como “rachaduras”, ou seja, vãos, aberturas, fendas que permitem a “sobrevivência” nas “ruínas” da demolição neoliberal. É exatamente na ideia-força dessa metáfora que encontramos a inspiração para o título deste artigo, que expressa a imagem que nos parece adequada para ilustrar a situação do ensino público superior de nosso país na atualidade. Poucos anos de esgarçamento das políticas neoliberais e a rápida escalada do irracionalismo nos altos escalões do poder nos últimos meses já deixaram um rastro de entulhos pelos quais teremos de aprender a nos movimentar.<sup>5</sup>

Essa proposta-ação, que, insistimos em dizer, não se quer algo fechado, mas, sim, indutivo, estrutura-se em torno de dois eixos principais: 1) esforço organizativo interinstitucional de todos os agentes que integram as universidades públicas; 2) estabelecimento de uma pauta comum de reflexão sobre temas que são estratégicos no estabelecimento de um projeto de nação em que a cultura, a arte, a ciência, a tecnologia etc. não sejam vistas como mecanismos de um modelo de desenvolvimento pura e simplesmente pautado no crescimento econômico pela métrica do produto interno bruto (PIB) do país, mas que leve em conta a igualdade social, a sustentabilidade ambiental, o respeito aos direitos

---

5 Não poderíamos deixar de mencionar a coletânea, com semelhante proposta, organizada por Joyce Canaan e Wesley Shumar (2008), que, por meio da chave sociológica “estrutura/agência”, busca apresentar tanto o impacto do neoliberalismo no ensino superior em diferentes países quanto como a comunidade acadêmica responde a esse processo em suas atividades diárias.

humanos, enfim, o estabelecimento de uma sociedade democrática na mais ampla acepção do termo.

No que se refere à organização necessária para a defesa da universidade pública em tempos de tão medonhos ataques, é preciso que comecemos pelo alinhamento interno, isto é, uma ampla integração dos docentes, técnicos e discentes, sem deixar de agregar nesse esforço coletivo o grande número de trabalhadores terceirizados que contribuem diariamente, em condições laborais sempre muito desfavoráveis, para o bom funcionamento de nossas instituições públicas. Não podemos permitir, de maneira alguma, que interesses setoriais do dia a dia ou alinhamentos eleitorais dos pleitos internos das universidades prejudiquem o diálogo entre esses segmentos, nem mesmo a capacidade de reação conjunta às investidas irracionalistas e neoliberais contra o ensino público superior. Há de se valorizar, para isso, espaços de luta como os sindicatos de docentes e de técnicos, os diretórios centrais estudantis, centros acadêmicos e demais coletivos, como os de mulheres, negros, homossexuais e outros. Em um cenário como o que vivemos, é preciso ainda que essas coletividades procurem não ficar atomizadas, investindo em atividades conjuntas que maximizem as pautas comuns, inclusive incluindo, quando possível, a representação dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados.

No extramuros está o desafio de aprofundar a integração dessas forças sociais da universidade pública com entidades que historicamente alinham-se na defesa do ensino público superior. Falamos dos sindicatos em geral e dos movimentos sociais, que, por sentirem na pele as mazelas de uma sociedade pautada pelos interesses estritos do mercado, têm no ambiente acadêmico das instituições públicas um espaço natural de interlocução e respaldo em suas lutas. Em tempos de tanta desinformação, em grande medida fomentada pelas próprias instâncias de governo, é preciso que essas forças formem uma contracorrente pela reposição da verdade, lançando mão dos dados que são eloquentes no dimensionamento do papel estratégico das universidades públicas no Brasil. O estabelecimento de fóruns, conferências e espaços semelhantes revela-se estratégico nessa tarefa de comunicação responsiva.

Algo que também é muito relevante nesse contexto é a compreensão de que a cruzada do atual governo contra o ensino público tem nas universidades federais apenas seu ponto de partida, o que quer dizer que as demais universidades mantidas pelos estados e municípios,

por exemplo, não estão fora do projeto de supressão das instituições públicas de ensino superior, até mesmo porque, na situação de crise fiscal, tem sido cada vez maior a ingerência federal nos governos estaduais e municipais, por meio das tais “contrapartidas” aos socorros financeiros. Trata-se de luta coletiva, portanto.

Se a palavra de ordem para enfrentar esse estado de coisas é ação coletiva, não podemos deixar que o gerencialismo neoliberal imponha-se deliberadamente nas relações humanas do meio acadêmico, o que significa uma recusa peremptória à microrracionalidade empresarial, que quer transformar a universidade, em benefício do produtivismo, em um palco de viscerais disputas entre pares. Ora, em um cenário tão desafiador como o que vivemos, não é difícil perceber o quanto esse tipo de prática pode ser prejudicial pelo individualismo e fragmentação que lhe são invariavelmente inerentes. Essa preocupação com a “internalização” do “espírito competitivo” nas universidades foi minuciosamente esboçada em recente artigo de Zeena Feldman e Marisol Sandoval (2018). Para as autoras, esse espírito de “concorrência” é contraproducente aos interesses acadêmicos, porque o encapsulamento dos agentes acadêmicos enfraquece as ações no interior de sindicatos e coletivos, que são as que têm maiores perspectivas de sucesso. Em suma, um grande desafio que se nos impõe é fazer com que o poder de mobilização coletiva não seja prejudicado por divergências pontuais e pela lógica “produtivista”, que quer transformar a universidade em uma arena de disputa.

Mobilizados todos, temos um vasto e urgente temário, que deve ser potencializado no cotidiano das universidades públicas, o que inclui, devemos adiantar, alguns pontos que poderiam ser tidos como óbvios, não fosse a maquinaria de desinformação e difamação que opera contra o ensino público superior ininterruptamente. A primeira grande questão que se coloca no início dessa nova gestão é a da autonomia das universidades, pois não parece haver qualquer compromisso do atual governo em respeitar esse fundamento constitucional, assim expresso no artigo 207 de nossa Carta Magna: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

Pelo que já se esboça, trata-se de uma investida que se firma em duas frentes principais: desrespeito às consultas realizadas nas universidades federais à comunidade acadêmica para escolha de reitor e vice-

-reitor e tentativa de constrangimento pela via dos cortes orçamentários. Tanto esta quanto aquela medida, se colocadas em prática de forma sistemática no decorrer dos próximos anos, terão efeito devastador sobre as instituições federais de ensino, abrindo caminho para que medidas semelhantes sejam adotadas em instituições públicas outras, como as universidades estaduais e municipais, por exemplo.

É necessário, assim, que a comunidade acadêmica faça ampla mobilização contra esse tipo de autoritarismo, indo às ruas se preciso, e que os sindicatos provoquem o Judiciário acerca da inconstitucionalidade dessas atitudes, dotadas de uma discricionariedade bem típica dos regimes de exceção. Aliás, não é demais lembrar que a autonomia foi uma forte bandeira na luta das universidades durante o regime militar, especialmente no caso das federais, que sempre sofreram, de modo mais imediato, os efeitos dos atos presidenciais (CHAUÍ, 2001, p. 203). Por isso mesmo, não podemos permitir que haja qualquer retrocesso nisso que é, antes de mais nada, uma conquista da democracia, uma vez que, como bem definiu Pierre Bourdieu (1998a, p. 17): “[...] não há verdadeira democracia sem verdadeiro contrapoder crítico [e] o intelectual é um contrapoder [...] de primeira grandeza”. Sendo isso verdade, temos aí uma importante chave de mobilização social acerca desse tema, considerando que qualquer ataque à autonomia universitária representa uma nociva fissura no tecido vital do regime democrático!

O interessante nesse debate que tem se travado em torno da “utilidade” das universidades públicas é que um raciocínio muito óbvio acaba sendo desconsiderado, qual seja, o ensino superior, tolhido do livre pensar, perde sua razão de ser, e, isso sim, para usar por um momento a régua puramente financeira, seria uma perda de recursos com implicações, ao contrário do que se costuma pensar, para todas as áreas, e não apenas para as ciências humanas. Não é difícil imaginar o quanto as pesquisas dos mais diversos campos do conhecimento podem ser desinteressantes para determinados setores. Pensemos na indústria do tabaco, dos agrotóxicos, de mineração, dos fármacos, para ficarmos com uns poucos exemplos de uma lista exaustiva. A mistura de poder econômico com influência política, sem o antídoto da autonomia, é letal para o funcionamento das universidades. O risco que corremos é o de transformar o ensino superior em um “puxadinho” das grandes empresas ou entidades corporativas, franqueando-lhes o poder de maximização das pesquisas consideradas “interessantes” e o estrangulamento daquelas

que se mostrem “ameaçadoras” ou que tenham propostas que não podem ser dimensionadas por uma abordagem puramente instrumental (SLAUGHTER; RHOADES, 2004).

Em termos mais claros, é o momento de valorizarmos o pensamento crítico que produzimos nas universidades, sem qualquer receio das ameaças que chegam de diferentes frentes. Em meio a tantos problemas que afetam a vida cotidiana da população brasileira, é preciso demonstrar à sociedade que as universidades públicas figuram como um espaço estratégico de construção de um projeto nacional voltado às necessidades das grandes parcelas socialmente excluídas. Os desafios são muitos, e o arco temático que os engloba, vastíssimo. É por essa razão que a universidade pública deve desempenhar papel estratégico, em um esforço interdisciplinar na proposição de reflexões sobre as mazelas históricas que nos assolam nessas primeiras décadas do século XXI. Sem a intenção de alcançá-las no todo, podemos aqui mencionar a persistente desigualdade social em nosso país, que faz com que a oitava economia do mundo tenha, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),<sup>6</sup> 54,8 milhões de pessoas que vivem com menos de R\$ 406,00, e 15,2 milhões de brasileiros com ganho mensal de R\$ 140,00; ou ainda a grave distorção de nosso modelo tributário, que, por concentrar mais da metade da arrecadação nos bens e serviços, e não na renda e no patrimônio, penaliza os mais pobres, produz uma desigualdade intergeracional e faz do Brasil um paraíso terreal para os ricos e milionários.

São as universidades públicas que podem ajudar a superar o debate rasteiro que tenta transformar reformas de puro caráter neoliberal, como a trabalhista levada a cabo pelo governo Temer, e a da Previdência, ora em curso no Congresso, em saída miraculosa para todas as dificuldades enfrentadas pelo país no plano econômico, trazendo à baila a discussão sobre verdadeiros ralos do dinheiro público, sobre os quais muito pouco se discute, como é o caso da chamada dívida pública, esta, sim, uma “caixa-preta” que precisa de urgente auditoria.

Na esteira desse debate, irrompem aqueles temas que são prioritários para a sociedade, mas para os quais têm sido apresentadas, não poucas vezes, soluções forjadas pelo imediatismo e pela tentativa do paliativo. É o que se vê no grosso das propostas de enfrentamento de

6 VETTORAZZO, Lucas. **Total de pobres no país cresce a 54,8 milhões em 2017, afirma IBGE.** Folha de São Paulo, Rio de Janeiro, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/12/extrema-pobreza-aumenta-no-pais-indica-ibge.shtml>. Acesso em: 5 dez. 2018.

problemas relativos à violência, à saúde pública, à mobilidade urbana, à educação, à cultura, aos direitos humanos e à sustentabilidade, por exemplo. É no exercício crítico desimpedido do espaço acadêmico que essas questões podem e devem ser apreciadas com a profundidade devida, gerando dados e propostas que contribuam para a implementação de políticas públicas verdadeiramente efetivas. Essa é uma forma de demonstrar que a universidade pública desempenha importante papel social, que vai muito além das estreitas raias do interesse mercadológico, e, por isso mesmo, o fomento de análises desse tipo de matéria no ensino, na pesquisa e na extensão é uma postura de resistência ao receituário neoliberal, que tudo condiciona à geração de lucro.

Nessa mesma lógica, a comunidade acadêmica deve defender com veemência os avanços alcançados nos últimos anos na difícil missão de inclusão de estudantes de baixa renda, de minorias étnico-raciais e de pessoas com deficiências nas universidades públicas, não aceitando qualquer retrocesso que venha dificultar a entrada e a permanência desses segmentos da população nos cursos de nível superior. Aspecto igualmente desafiador, nesse contraponto às invectivas neoliberais, é a capacidade de as universidades públicas estabelecerem um projeto institucional que não seja de todo moldado pelos ditames dos ranqueamentos internacionais, pois, mesmo que esses parâmetros sejam importantes para a inserção internacional de nossas instituições, por integrarem a agenda global da educação no século XXI, não deve haver um comportamento de prostração acrítica a elementos que ignorem as injunções históricas na oferta de educação superior em nosso país e o papel das universidades na construção de um projeto de nação iluminado pela autonomia e pela justiça social.

A propósito, a ideia mesma de “internacionalização”, tão martelada nas últimas décadas, precisa ser urgentemente redimensionada em favor de uma agenda de integração que valorize o intercâmbio de experiências e saberes entre as instituições de ensino superior dos países latino-americanos e africanos, especialmente os lusófonos, nesse último caso. A “internacionalização”, dessa maneira, deve deixar de ser um termo que remeta, de modo irrefletido, às parcerias com instituições da América do Norte ou da Europa, em benefício de uma compreensão que leve em conta a existência de nações que dividem conosco experiências e desafios semelhantes e que, portanto, são potenciais parceiros na busca de soluções compartilhadas para problemas comuns.

Já há, nesse sentido, esforços iniciais, que devem ser louvados e reforçados. Para o caso da América Latina, destaca-se a Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), que é uma rede de cooperação de universidades públicas, autônomas ou autogovernadas de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, e a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), sediada na cidade de Foz do Iguaçu, estado do Paraná. Já para a integração com os países africanos lusófonos, foi criada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), sediada na cidade de Redenção, estado do Ceará.

Importa destacar que a Unila e a Unilab há tempos vêm sendo ameaçadas por um crescente e estrepitoso discurso que as trata como “elefantes brancos”, sob a alegação de que não há sentido “prático” nos projetos que sustentaram a criação de ambas as instituições. Seriam elas um arrematado exemplo do modo “perdulário” com que o dinheiro do contribuinte foi tratado ou mesmo da “megalomania” de governos “populistas”. A Unila, para recordar um caso que repercutiu nacionalmente, já esteve listada em uma emenda parlamentar que propunha sua conversão em Universidade Federal do Oeste do Paraná (UFOPR), desvirtuando-a totalmente de seus objetivos de integração com os países latino-americanos.

A esta altura do texto, não é mais necessário um esforço detido para compreender o quanto esse tipo de concepção de universidade choca-se com a ideia de universidade pensada pelo neoliberalismo. Daí a importância, diante da atual conjuntura, de a sociedade e a comunidade acadêmica continuarem alertas contra qualquer iniciativa que busque enfraquecer essas duas universidades, que são uma grande conquista em termos de internacionalização centrada na descolonização epistêmica.

Cada um dos temas aqui elencados e outros tantos que, pelas limitações deste texto, não puderam ser aqui apresentados devem ser vistos como uma vértebra que, interligadas, forma uma coluna de resistência aos intentos neoliberais que ganharam impulso nesse momento histórico que vivemos. É na ação cotidiana do debate e da reflexão sobre os grandes problemas do país, pelas lentes da crítica e do rigor analítico, que conseguiremos fazer frente ao crescente irracionalismo e às “verdades” enlatadas e simplistas que veem no mercado a solução incontornável para os distúrbios que o próprio mercado cultiva.

## Considerações finais

Nossa intenção, neste artigo, foi discutir as implicações do neoliberalismo no ensino público superior e as formas de organização que permitem resistir aos ataques que ganharam musculatura com a chegada do novo governo. Inicialmente, procuramos demonstrar que o neoliberalismo, sendo a razão do capitalismo contemporâneo, busca impor a lógica de mercado por meio de um gerencialismo que não respeita fronteiras sociais e institucionais. Vimos, assim, que as universidades públicas foram fortemente impactadas pelo ideário neoliberal, quer seja pelas forças privatistas, quer seja pela tentativa de imposição de modelos de governança empresarial. Por fim, considerando a gravidade do atual momento, discorreremos sobre algumas estratégias que permitem um contraponto prático e cotidiano às políticas neoliberais que, com inédita voragem, têm atingido o sistema público de ensino superior em nosso país.

Para retomar a metáfora que inspirou o título deste texto, podemos dizer que a guinada neoliberal na condução macroeconômica do país, iniciada no governo Temer e em contínuo aprofundamento desde então, já provocou significativos abalos na estrutura das universidades federais, com reflexo também em muitas das instituições estaduais e municipais em razão da crise generalizada dos estados e municípios. É preciso, assim, que consigamos “sobreviver nessas ruínas”, valorizando cada fresta de luz, cada pequeno espaço entre os “entulhos” que permita um movimento de resistência.

## Referências

ABOITES, H. Actores y políticas en la educación superior mexicana: las contradicciones del pacto de modernización empresarial. In: MOLLIS, M. (org.). **Las universidades en América Latina: ¿reformadas o alteradas?** La cosmética del poder financiero. 1. ed. Buenos Aires: Clacso, 2003. p. 59-88.

AGUIAR, V. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, p. 113-126, 2016.

ALEXANDER, N. C. Paying for education: how the World Bank and the International Monetary Fund influence education in developing countries. **Peabody Journal of Education**, v. 76, n. 3-4, p. 285-338, 2001.

BESSONE, T; MAMIGONIAN, B. G.; MATTOS, H. (org.). **Historiadores pela democracia**: o golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016.

BOTTRELL, D.; MANATHUNGA, C. (ed.). **Resisting neoliberalism in higher education**: seeing through the cracks. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019a. v. 1.

BOTTRELL, D.; MANATHUNGA, C. (ed.). **Resisting neoliberalism in higher education**: prising open the cracks. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019b. v. 2.

BOURDIEU, P. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a.

*BOURDIEU, P. **L'essence du néolibéralisme**. Le Monde Diplomatique, Paris, p. 3, mar. 1998b.*

BOURDIEU, P. **Pensamento y acción**. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2002.

CANAAN, J. E.; SHUMAR, W. (ed.). **Structure and agency in the neoliberal university**. Nova York: Routledge, 2008.

CATANI, A. M. A universidade brasileira, a USP e a aliança entre o pessimismo da inteligência e o otimismo da vontade. **Revista USP**, São Paulo, v. 60, p. 52-67, dez./jan. 2004.

CUNHA, L. O ensino superior no octênio FHC. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 82, p. 37-61, 2003.

CHAUÍ, M. S. **Escritos sobre a universidade**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2001.

DARDOT, P. LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMENECH, E.; MORA-NINCI, C. World Bank discourse and policy on education and cultural diversity for Latin America. *In*: HILL, D; KUMAR, R. **Global neoliberalism and education and its consequences**. Nova York: Routledge, 2009. p. 151-171.

FELDMAN, Z.; SANDOVAL, M. Metric power and the academic self: neoliberalism, knowledge and resistance in the British university. **TripleC**, v. 16, n. 1, p. 214- 233, 2018.

GIROUX, H. Neoliberalism, youth, and the leasing of higher education. *In*: HILL, D; KUMAR, R. **Global neoliberalism and education and its consequences**. Nova York: Routledge, 2009. p. 30-53.

GIROUX, H. **Neoliberalism's war on higher education**. Chicago: Haymarket Books, 2014.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HIRTT, N. Markets and education in the era of globalized capitalism. *In*: HILL, D; KUMAR, R. **Global neoliberalism and education and its consequences**. Nova York: Routledge, 2009. p. 208-226.

LEHER, R. Brazilian education, dependent capitalism, and the World Bank. *In*: HILL, D; KUMAR, R. **Global neoliberalism and education and its consequences**. Nova York: Routledge, 2009. p. 127-150.

MCMURTRY, J. **The cancer stage of capitalism**. Londres: Pluto Press, 1999.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Ed. da Unicamp/Boitempo, 2002.

MILIBAND, R. **Socialismo & ceticismo**. Bauru: Edusc; São Paulo: Edunesp, 2000.

O'NEILL, P. M. Bringing the qualitative state into economic geography. *In*: LEE, R.; WILLS, J. (ed.). **Geographies of economies**. Londres: Edward Arnold, 1997. p. 290-301.

PEREIRA, T. I.; SILVA, L. C. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização?. **Revista Debates**, UFRGS, v. 4, p. 10-31, 2010.

PRZEWORSKI, A. A falácia neoliberal. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, 1993.

ROSSI, P; DWECK, E. Impactos do Novo Regime Fiscal na saúde e educação. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, p. 1-5, 2016.

SLAUGHTER, S.; RHOADES, G. **Academic capitalism and the new economy**: markets, state and higher education. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 2004.

TRINDADE, H. (org.). **Universidade em ruínas na república de professores**. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Rio Grande do Sul: Cipedes, 2000.

VETTORAZZO, Lucas. **Total de pobres no país cresce a 54,8 milhões em 2017, afirma IBGE**. Folha de São Paulo, Rio de Janeiro, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/12/extrema-pobreza-aumenta-no-pais-indica-ibge.shtml>. Acesso em: 5 dez. 2018.

Recebido: maio/ 2019

Aceito: julho/2019